

AS CRIANÇAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: ISOLAMENTO SOCIAL E O DIREITO AOS ESPAÇOS

CHILDREN IN PANDEMIC TIMES: SOCIAL ISOLATION AND THE RIGHT TO SPACES

Beatriz Fernanda Jorge 1
Rafael Romeiro Doin 2
Beatriz Antunes Fogaça Brito 3
Maria Walburga dos Santos 4

Resumo: Propõe-se um diálogo em reflexão sobre contexto atual marcado pela pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos políticos, destacando os possíveis impactos na vida das crianças e nos espaços que habitam ou podem habitam. Também se discute sobre o conceito de isolamento social. O artigo tem o propósito de levantar questionamentos e ampliar as discussões pensando nas crianças como sujeitos históricos e de direitos. Trata-se de um estudo qualitativo com aprofundamento bibliográfico.

Palavras-chave: Crianças. Covid-19. Brincar. Espaço.

Abstract: This work proposes a dialogue as a reflection about the current context marked by the Covid-19 pandemic and its political consequences, highlighting its possible impacts on children's lives and on the spaces they live in or can live in. It also discusses the concept of social distancing. This article aims at raising questions and expanding discussions about children as subjects of history and of rights. It is a qualitative study with bibliographical deepening.

Keywords: Children. Covid-19. Play. Space.

-
- 1 Professora de Educação Básica na Prefeitura Municipal de Hortolândia. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba. Pesquisadora do Grupo de pesquisas a respeito das crianças, educação infantil e estudos da infância (CRIEI) e membro do Núcleo de educação e estudos da infância. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5714868742261094>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5202-8054>. E-mail: beatrizfernandajorge@gmail.com
 - 2 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba. Pesquisador do Grupo de pesquisas a respeito das crianças, educação infantil e estudos da infância (CRIEI) e membro do Núcleo de educação e estudos da infância Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9984036089729552>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4255-2407>. Contato: rafael.doin@hotmail.com
 - 3 Professora de Educação Básica I na Prefeitura Municipal de Sorocaba/SP. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba. Pesquisadora do Grupo de pesquisas a respeito das crianças, educação infantil e estudos da infância (CRIEI) e membro do Núcleo de educação e estudos da infância. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8603464713994488>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8997-7982>. E-mail: antunesfogaca93@gmail.com
 - 4 Docente associada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba. Doutora e Mestre em Educação (USP). Pesquisadora responsável pelo Grupo de pesquisas a respeito das crianças, educação infantil e estudos da infância (CRIEI) e o Núcleo de Educação e Estudos da Infância. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/2954227254025696>. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9304-5800>. E-mail: walburgaufscar@gmail.com

Introdução

A presente condição vivenciada em decorrência da pandemia de covid-19 provocou uma reorganização da rotina anteriormente estabelecida. Determinamos novos horários, modificamos nosso ambiente, nos isolamos. O único contato veio através de uma tecnologia avançada o suficiente para nos manter conectados mesmo com a distância, mas ainda não capaz de reproduzir a complexidade do afeto através do toque. Entre álcool gel e rostos cobertos por máscaras, nos deparamos com um aspecto humano que, aparentemente, foi sendo esquecido ao longo dos anos. A pandemia (re)tirou de nós algo que havia se tornado tão automático quanto um telefonema ou uma mensagem via WhatsApp: o contato. Evidenciou o distanciamento que já havia sido marcado por outras relações tecnológicas e nos colocou em suspensão nos meios que permitem estar presente mesmo distante. Ela mostrou que isto, por si só, não basta.

Esta condição ressalta as implicações decorrentes das relações sociais construídas no decorrer da história, considerando seus aspectos econômicos, culturais e políticos. O distanciamento social nos apresentou um novo cenário: escolas fechadas, reorganização do trabalho, o home office, perda ou diminuição da renda familiar, desemprego, entre outras modificações do dia a dia que interferem radicalmente na desigualdade social, em especial, entre as pessoas em condição de vulnerabilidade maior, ou os mais pobres.

Além disso, demandas sociais e políticas evidenciam a grande disparidade de condições e acesso à saúde, à proteção, à educação, à alimentação, dentre outros direitos, não apenas da população pobre, mas também das pessoas negras, e não raro, das mulheres, das pessoas idosas, da comunidade LGBTQIA+ e das crianças, por exemplo. Marcadores sociais da diferença, observados e analisados de forma interseccional, apontam para quem mais sofre e perde em contexto de pandemia, com aumento da violência, da fome, do preconceito e frente ao descaso governamental e ausência de políticas públicas: escancaram-se os males que há muito assolam o país, validando o conceito de necropolítica, defendido por Achille Mbembe (2021).

Nesse contexto de pandêmico e de necessidade de distanciamento social, como as crianças se relacionam com esta condição em relação a sua casa, à escola, à rua, ao parque, à praça? Onde estão estas crianças quando seus familiares e responsáveis estão trabalhando? Em que condições de isolamento social estas crianças estão? As crianças se isolam?

Este cenário evidenciou e intensificou questões de desigualdade social; destacamos aqui os isolamentos sociais vivenciados diariamente em um país vasto em todas as características que o compõem e marcado pela desigualdade social e econômica, assim como trataremos mais adiante. Embora a pandemia ainda não tenha acabado, reforçamos que a questão aqui trabalhada não desconsiderou a importância e o direito aos cuidados em relação a Covid-19 e os impactos da pandemia considerando o isolamento social orientado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um cuidado necessário com a saúde pública e direito de todos os sujeitos.

No entanto, tratamos aqui de um isolamento que segrega, e que, apesar de também dialogar com os cuidados necessários em tempos pandêmicos, leva ao questionamento: este isolamento teria começado somente no contexto pandêmico?

Contextos

As adaptações vinculadas às condições impostas pelo cenário pandêmico para a vida em sociedade são seletivas e delimitadas pelas desigualdades existentes na organização capitalista de sociedade. Em meio a pandemia, a renda de 46% dos brasileiros reduziu¹. Quase metade teve sua renda afetada, sendo, em sua maioria, trabalhadores que recebem em média até dois salários mínimos. Isso nos revela a disparidade de realidades vividas que afetam de forma incisiva os cuidados durante o período de isolamento social e quarentena, desvelando uma diversidade de

¹ Dado retirado do Datafolha em matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo em agosto de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/quase-a-metade-dos-brasileiros-viu-renda-familiar-diminuir-na-pandemia-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

isolamentos que já existiam na sociedade e foram intensificados com a Covid-19.

As atividades escolares realizadas virtualmente também expressaram o aumento das desigualdades sociais decorrentes da pandemia, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que distancia as relações entre os estudantes e as interações sociais estabelecidas na escola, conforme apresentado por Tabita Aija Moreira et al. (2020), para além do círculo familiar. Outro aspecto a ser considerado diz respeito às condições favoráveis para que o acesso e permanência na organização remota das escolas fosse acessível a todos os estudantes, o que, mais uma vez, refletiu as disparidades dos contextos sociais vividos e do acesso a estes meios de comunicação no país, onde o acesso à internet é limitado, seja pelo território, em espaços que são muito afastados dos espaços urbanizados, seja pelo custo, que não é de fácil acesso para uma parcela da população.

Em muitos casos, as famílias carecem de condições materiais e de habilidades digitais para que seus filhos e filhas continuem seu processo de aprendizado. A infraestrutura doméstica, as dificuldades de conexão de rede e a falta de dispositivos digitais são problemas que as crianças e os adolescentes encontram ao tentar acessar plataformas digitais para frequentar a sala de aula virtual (MOREIRA *et al.*, 2020, p. 15).

Os índices de violência contra crianças foi outro ponto a ser considerado no contexto pandêmico. Segundo relatório publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2017, a incidência de violência ocorreu, em sua maioria, em ambientes confiáveis e/ou lares familiares. Entre 2011 e 2017, os índices de violência contra crianças e adolescentes em ambientes considerados confiáveis foi de mais de 70%; foram recebidas 184.524 notificações relacionadas apenas a violência sexual (MOREIRA *et al.*, 2020). Se a maioria dos casos de violência ocorreu em espaços considerados seguros, é provável que, durante o período de isolamento social, os casos de violência contra crianças tenham aumentado.

No entanto, as denúncias refletem este aumento considerando que, neste período, estas crianças violentadas estão convivendo ininterruptamente com seus agressores? Apesar de a lei definir como dever do Estado, da sociedade e da família oferecer proteção às crianças, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras medidas protetivas aos direitos das crianças, os altos índices anteriormente apresentados nos revelam dificuldades que impedem a efetividade das políticas públicas de proteção às crianças. E na pandemia?

O período pré-vacinação (janeiro de 2021) expressou o sentimento constante de insegurança. A incerteza e os riscos para a saúde ficaram patentes pelos números de infectados, hospitais lotados, falta de informações coerentes, a porcentagem de pessoas não vacinadas com as doses indicadas e o número expressivo de pessoas mortas pela negligência dos setores públicos e do Estado em decorrência da covid-19. Até o momento da escrita deste texto, foram registradas 687 mil mortes por covid-19 no Brasil. Destas, 1.439 eram crianças de até 5 anos que morreram por covid-19 nos dois primeiros anos da pandemia no Brasil, segundo pesquisa realizada pelos coordenadores do Observa Infância, Cristiano Boccolini e Patricia Boccolini².

São dados que foram divulgados pelo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde e que indicam, em média, duas mortes de crianças por dia relacionadas ao quadro pandêmico de covid-19 que se mantém ainda em 2022. Além disso, dados coletados pelo UNICEF até junho de 2022 apontam que a covid-19 foi a causa de 5.376 óbitos de crianças menores de 5 anos no mundo, de forma que o Brasil representa cerca de uma a cada cinco dessas mortes.

A pandemia explicitou a fragilidade das políticas públicas e a negligência democrática no país, principalmente em relação aos mais vulneráveis. Evidenciou ainda com mais força a desigualdade e a invisibilidade da população brasileira. São realidades vividas que são constantemente agravadas pelo não cumprimento de políticas públicas e de medidas de segurança efetivas. Em A cruel pedagogia do vírus, Boaventura de Sousa Santos (2020, s/p) reforça:

² Dado retirado de matéria publicada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em 25 de julho de 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisadores-analisam-o-impacto-da-covid-19-entre-criancas-de-6-meses-3-anos>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Por um lado, ao contrário do que é veiculado pelas mídias e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele.

O contexto político, marcado por crises e contradições, se agravou em meio a pandemia em falas divergentes sobre os cuidados com a saúde pública, orientações contrárias à Organização Mundial da Saúde (OMS), desmonte dos serviços de atendimento público, dentre eles, o Sistema Único de Saúde (SUS); entre outras medidas que impactaram o sistema econômico do país e, conseqüentemente, desfavoreceram a maior parte da população brasileira com o aumento do desemprego, inflação, condições injustas de trabalho, moradia, etc. Isso é reflexo da disparidade das condições sociais vivenciadas e do aumento da extrema pobreza³. Condições que provocaram um apagamento dos que mais são afetados neste contexto social e impactaram no seu direito aos espaços.

Junto a esses dados, é possível observar o aumento da fome e de insegurança alimentar (IA). A Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em junho de 2022, divulgou o II Inquérito Vigisan, explicitando que 125,2 milhões de pessoas estavam sujeitas a algum grau de insegurança alimentar. Desse total, 33,1 milhões passavam fome. Isso significa um aumento 74,2% em relação ao I Vigisan, de 2020. Com base em relatórios da rede Penssan e revisão bibliográfica, Sílvia A. Zimmermann e Nilson Maciel de Paula (2022) realizam discussão do agravamento da situação no contexto pandêmico, todavia, afirmando que a causa do que chamam "tragédia" não é exclusivamente a pandemia, mas a série de desmonte de políticas públicas.

O estudo considera que é necessário conter a disseminação da insegurança alimentar a partir de ação do Estado

Com políticas que invertam as tendências de concentração de renda e riqueza, promovam a inclusão social por meio de melhores condições de trabalho e elevação do poder de compra, de forma a enfrentar as demais mazelas que compõem o degradante ambiente onde vivem milhões de famílias (ZIMMERMANN; PAULA, 2022, p. 45).

A análise do estudo enfatiza que houve sucateamento do Estado brasileiro, resultando em agravamento das questões sociais, redução de trabalho e renda, ocasionando o aumento da IA. Os autores apontam ainda que tal realidade social não é ocasional

Ou apenas como efeito da pandemia, de uma tragédia sem alternativas, mas como resultado de opções conscientes e equivocadas de sucessivos governos federais após o Impeachment da Presidenta Dilma Roussef em 2016 (ZIMMERMANN; PAULA, 2022, p. 45).

E a população negra? Ao verificar as altas taxas de letalidade da covid-19 entre a população negra, Nilma Lino Gomes (2020) apresenta estudo em que evidencia essa mortalidade, a qual atravessa pobreza e raça, como fruto de "uma perversidade histórica ativamente produzida"; ou seja: "o contexto de exacerbação do neoliberalismo e da crise sanitária revela a imbricação entre raça, pobreza, saúde pública e Estado."

Para a pesquisadora, a pandemia escancara racismo e desigualdade racial no Brasil e em todo planeta, sendo também uma das formas de expressar a necropolítica. Somamos à reflexão da professora, a ideia de necroinfância, desenvolvida por Nogueira (2020) e variante da necropolítica, atingindo crianças negras, que compreende "dispositivos, práticas ou técnicas (que) não permitem

³ Dado retirado de matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense em 07 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4929384-apesar-do-crescimento-do-pib-dados-mostram-que-brasil-nunca-foi-tao-desigual.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

que as crianças negras gozem a sua infância". E isso significa morte, em pandemia ou não.

Isolamento, direito aos espaços e de brincar

A desigualdade social não surge com a pandemia de Covid-19, trata-se de uma situação de crise em que nos encontramos hoje, mas que agrava a situação de crise à qual a população já está sujeita, a de "[...] legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica" (SANTOS, 2020, s/p.). A população que está em maior vulnerabilidade na não legitimação de seus direitos e na exclusão social são os que mais são atingidos por essa condição de crise, conforme os aspectos apontados anteriormente. Seja pela violência, discriminação racial, fome, etc., estas pessoas têm seus direitos negados e são invisibilizadas numa sociedade marcada por seu caráter excludente. O Estado que lava as mãos diante dessa situação condena à morte uma parcela específica de sua população. Coutinho e Côco (2020) questionam:

Quem são as crianças que (não) abandonamos aos seus próprios recursos? Quando o próprio Estado mata as crianças (impondo a fome, a violência, a negação dos direitos sociais e outras injustiças), só podemos concluir que algo deu muito errado com a humanidade. Daí, esperamos que a nossa resistência e nossa luta vençam essas barbáries (COUTINHO; CÔCO, 2020, p. 11).

As crianças que não abandonamos são aquelas que, de acordo com uma perspectiva de necropolítica, permanecerão em um legado de privilégios destinado somente aos que merecem viver. A barbárie tem preferências específicas na forma como se organiza nossa sociedade

Trazendo à tona novamente o contexto pandêmico, podemos considerar que o isolamento social não é uma característica nova, no entanto, este isolamento se apresenta de formas diferentes para condições sociais diferentes. A sub-humanidade, conforme se refere Ailton Krenak (2020), sempre esteve marginalizada e distanciada de seus direitos, silenciada em suas reivindicações e destinada ao descarte, especialmente em situações em que sua produtividade não atende às exigências do mercado. O contexto pandêmico "tem a potência de mostrar tudo mais claramente" (KOHAN, 2020, p. 5).

Em A produção do espaço, Henri Lefebvre (2006) apresenta o espaço como, ao mesmo tempo, produto e instrumento do modo de produção capitalista e de controle econômico-político; se organizando em condições que sejam favoráveis às questões econômicas e lucrativas pautadas em uma sociedade desigual para a exploração de uns em favorecimento de outros. Nesse sentido, o espaço é instrumento e é produto, é a relação entre o tempo e o espaço para a criação de condições para que estas relações aconteçam, é "[...] o processo temporal que engendra (produz) a espacialidade, que se refira ao corpo, à sociedade, ao cosmos e ao mundo" (LEFEBVRE, 2006, 108). Isso nos convida a pensar o quanto a produção do espaço, nas suas mais variadas possibilidades interfere na existência de um grupo ou pessoa. A partir daí, questiona-se: este isolamento teria começado somente no contexto pandêmico atual?

Nesta perspectiva, considerando ainda o direito aos espaços, isolar-se adquire diferentes formatos; seja pelo isolamento e do não pertencimento ou produção destes espaços, seja para quem têm a possibilidade de se isolar fisicamente como forma de proteção à saúde, mas que também passa para outros tipos de proteção: de segurança, financeira, de moradia, etc.

A condição de desigualdade cada vez mais evidenciada e vivenciada interfere na vida das famílias nos mais variados âmbitos; por isso, também implica fortemente na vida das crianças. A Constituição da República Federativa do Brasil desde 1988, ou a Convenção dos Direitos da Criança organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990, o Marco Legal da Primeira Infância em 2016, o ECA – conforme já foi citado – são alguns dos documentos legais que reforçam as crianças como sujeitos históricos e de direitos.

Assim, as contradições vividas afetam os direitos e implicam a proteção e cuidado para com as crianças. Enquanto produtoras e pertencentes à história e à cultura, são sujeitos ativos neste

processo que não devem ser restringidas a um determinado espaço, mas sim ter a garantia de sentir e agir como parte na existência e produção destes. E é por meio do brincar que as crianças exteriorizam estas relações com o mundo. A criança aprende a brincar e, por meio da brincadeira, dialoga, cria, imagina, ensina, aprende...

A criança, mesmo pequena, sabe muitas coisas: toma decisões, escolhe o que quer fazer, interage com pessoas, expressa o que sabe fazer e mostra, em seus gestos, em um olhar, uma palavra, como é capaz de compreender o mundo. Entre as coisas de que a criança gosta está o brincar, que é um dos seus direitos. O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário (KISHIMOTO, 2010, p. 1).

A brincadeira é uma atividade social e cultural que pressupõe um aprendizado. Por meio do lúdico, as relações com a cultura são estabelecidas e o brincar adquire uma função social, produzir e/ou promover a permanência destas atividades através das culturas ao decorrer das gerações. A ludicidade não é consequência da cultura, mas a cultura assume um caráter lúdico, conforme apresentado por Gilles Brougère (1998, p. 104), que enxerga no jogo "[...] o lugar de emergência e de enriquecimento dessa cultura lúdica". É um processo que faz com que o brincar aconteça, sendo parte de um meio social e de tempo-espaço, que interfere diretamente no conjunto de regras que fazem parte desta sociedade. A criança que brinca experimenta o mundo; a brincadeira é o mergulho na ação lúdica e, nas palavras de Kishimoto:

O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. [...] Duplicando diversos tipos de realidades presentes, o brinquedo metamorfoseia e fotografa a realidade, não reproduz apenas objetos, mas uma totalidade social (KISHIMOTO, 1995, p. 109).

A relação que fará a ponte entre a criança e o brincar é sua relação com o espaço e o direito à produção, ação e interferência neste espaço, conforme apresentado por Maria Walburga dos Santos e Marilete Calegari Cardoso (2021, p. 7):

Ainda assim, a criança e sua ação não se restringem a esse espaço determinado pelo tempo e o grupo que a rodeia: ela faz e refaz, cria e recria, subjetiva-se, contrapõe-se, experimenta no movimento que a Sociologia da Infância denomina como "processo de autoria social" (ABRAMOWICZ, 2011, p. 20). Desse modo, corroboramos com as palavras de Souza (2019, p. 294), quando diz que não pensamos a produção cultural como um produto simplesmente dado e concluído, mas como um processo de construção e de reflexão que assume e valoriza a criança como sujeito ativo no processo de formação e socialização.

Crianças sujeito de suas histórias

As crianças como sujeitos históricos e de direitos não são levadas em consideração ao nos depararmos com os altos índices de violência contra elas; as precárias condições de moradia, alimentação, instabilidade econômica considerando os índices de desemprego de seus responsáveis, familiares ou cuidadores; as condições de saúde pública que colocam em risco a saúde de seus responsáveis e das próprias crianças; crianças em situação de rua; as incontáveis interferências que a condição agravada pela pandemia de Covid-19 e a má gestão política e de proteção. Condições apontadas no início do texto que são reforçadas pelo reconhecimento contraditório delas como

sujeitos de direitos.

Mais uma vez, as possibilidades de isolamento social são limitadas ou assumem sentidos específicos ao depender da sociedade a ser abordada. Considerando as crianças e os seus direitos enquanto sujeitos, novamente concordamos com Maria Walburga dos Santos e Marilete Calegari Cardoso, ao citar Boaventura de Sousa Santos (2020),

[...] a exclusão está presente: seja a tecnológica, seja a fome. A pandemia não é universal. A preocupação primeira, num país marcado por desigualdades sociais, é garantir as condições básicas, ou seja, alimentação, habitação, saúde. E mesmo assim, nem todas as pessoas têm acesso [...] (SANTOS; CARDOSO, 2021, p. 9).

Por tanto, podemos dizer que estas crianças fazem parte de um isolamento social que não as protege das adversidades a que estão expostas antes ou durante a pandemia, mas sim de um isolamento que segrega, que coloca a criança à parte desta pertença dos espaços sociais. A sua historicidade não é levada em consideração e agrava este distanciamento – ou melhor – a percepção da sua relação com o mundo, já que, embora sua singularidade não seja considerada, estas crianças ainda se relacionam com o mundo e seus diversos contextos.

Célia Regina Batista Serrão e Renata Cristina Dias Oliveira (2021) discutem sobre "As vozes que ecoam na pandemia", escrevendo sobre a garantia dos direitos de bebês e crianças pequenas e ressaltam a não responsabilização do poder público diante do impasse da retomada as aulas presenciais, delegando às famílias a decisão de permitir ou não a retomada as escolas. Ignoram as crianças quando se trata da sua relação com os espaços, aqui, o espaço da escola e seu direito de manter-se saudável e em segurança.

Além disso, desprendem da responsabilidade de garantir os seus direitos e transferem aos familiares e responsáveis, ignorando a condição de saúde pública que muito é agravada ao ocasionar aglomerações pela alta propagação do vírus. Desconsideram as vidas que são atingidas e a condição estrutural da qual a maior parte da população brasileira está acometida, seja pela rotina do trabalho, dificuldades financeiras, má remuneração ou longas horas de trabalho, não permitindo a essas pessoas escolher pelo isolamento social como uma medida de proteção, mas escolher entre garantir a sobrevivência ou ser infectado.

Deixar a decisão para as famílias não é considerá-las. É abandoná-las à própria sorte. Não há movimento do poder público, até o momento, de efetiva escuta das famílias, dos e das bebês, das crianças e dos e das profissionais da educação, para que possam ser articuladas ações de enfrentamento dos impactos provocados pela pandemia num contexto social, político e econômico que em muito compromete o cotidiano e a vida de parte significativa da população brasileira (SERRÃO; OLIVEIRA, 2021, p. 169).

Ao colocar a responsabilidade sobre as famílias, o Estado se desonera de seu papel fundamental de promover a vida (BRASIL, 1988). Não há diálogo e nem entendimentos, somente decisões verticalizadas que impactam diretamente a forma de (sobre)viver de pessoas relegadas a viver de forma sub-humanizada (KRENAK, 2020). Corroborando a fala de Serrão e Oliveira, Coutinho e Côco (2020, p. 9) afirmam, a respeito da retomada ao ambiente escolar, a necessidade de "reconhecer desafios a serem enfrentados com decisões que não podem abdicar do respeito aos direitos fundamentais das crianças, das famílias e dos educadores."

Kohan (2020, p. 9) é assertivo ao dizer: "há uma dimensão da escola insubstituível na construção de uma comunidade que busca compreender, problematizar e reinventar o mundo". E justamente por isso, a "impossibilidade de se fazer escola sem corpos presentes" (KOHAN, 2020, p. 5). O direito das crianças ao acesso a espaços educativos deve ser garantido de forma plena, segura e respeitosa, com acolhida e pertencimento (TIRIBA, 2018).

As crianças se comunicam, expressam seus sentimentos, têm opinião, sabem escolher, sabem decidir. As crianças precisam ser escutadas. Em *La ciudad de los niños*, Francesco Tonucci (2015)

apresenta a atuação das crianças para a garantia de seus direitos nos espaços da cidade. Como sujeitos históricos e de direitos, deve-se possibilitar a participação das crianças na reivindicação destes espaços, compreender como eles se relacionam com a cidade, quais espaços ocupam, suas condições de moradia e de mobilidade.

Henri Lefebvre (2011), em *O direito à cidade*, traz questionamentos a respeito da apropriação do espaço da cidade, que ampliamos aqui para a compreensão do direito aos espaços, dimensão também trabalhada por Lefebvre (2006) em *A produção do espaço*, compreendendo na cidade os espaços urbanos e rurais. Compreendendo que fazemos parte do contexto e nos inserimos nele, Lefebvre questiona em que medida nós produzimos a cidade considerando a cidade um espaço planejado para os diferentes e como direito de todos e todas que a habitam. Em que medida as crianças produzem essa cidade considerando o espaço urbano e rural?

Como vimos até aqui, neste planejamento do que são estes espaços, temos o acesso de determinados grupos e exclusão de outros. Pautado em relações de interesse que estão diretamente relacionados aos diversos contextos de desigualdade social e tem um grande impacto nas relações dos sujeitos no que diz respeito ao acesso e ao direito aos espaços da cidade ou do campo. Para que isso possa ser superado a fim de garantir a presença atuante que atende aos direitos das crianças e de responsabilização do poder público na garantia destes direitos, é necessário agir em conjunto com as crianças, por elas e com elas. Escutá-las. Compreendê-las como pertencentes destes espaços. Considerá-las sujeito que produz cultura, que brinca, que interage, que é parte da sociedade e não deve ser tratada como incapaz.

Nadie puede representar a los niños sin preocuparse por consultarlos, por implicarlos, por escucharlos. Hacer hablar a los niños no significa pedirles que resuelvan los problemas de la ciudad, creados por nosotros. Significa, en cambio, aprender a tener en cuenta sus ideas y sus propuestas⁴ (TONUCCI, 2015, p. 22).

Ao considerar o contexto já existente do sentimento de não pertencimento das crianças aos espaços urbanos e não urbanos, em face da atual condição pandêmica, podemos considerar que o isolamento social pode agravar ou acentuar este não pertencimento. Estas relações se intensificam quando encontram-se distantes destes espaços, em que a concepção das crianças sobre a cidade ou o campo é desconsiderada. Ao desconsiderar as crianças – assim como outros grupos que compõem o coletivo – se descaracteriza o aspecto democrático e não excludente com que deveriam ser pautadas as experiências e vivências em sociedade nos diferentes espaços.

A delimitação da atuação das crianças nos espaços está inteiramente ligada ao trabalho desenvolvido por Marcia Aparecida Gobbi, Maria Cristina Leite e Juliana Pito (2019), *Sociologia Urbana e os bebês*. Aqui, as autoras dialogam sobre a insurgência das crianças pequenas em relação ao direito à cidade. Há necessidade de proporcionar a vivência dos espaços com as crianças, que fazem parte e também produzem história. E compreendendo o fazer histórico das crianças e o seu direito de ser escutada em todos os espaços, refletimos sobre os impactos do atual isolamento como um aspecto a ser discutido.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o urbano torna-se motivador de extenso leque de interesses, sendo intensamente explorado, ensejando pesquisas e escritos cujos resultados têm contribuído para a compreensão de suas tramas e relações complexas envolvendo produtos e coisas, que não se dissociam do ser social, como escreveu Henri Lefebvre, em *A produção do espaço* (GOBBI; LEITE; PITO, 2019, p. 497).

Estar na cidade ou no campo é participar dos espaços que eles proporcionam. É proporcionar espaços na cidade e no campo. É poder estar no lugar, dar sentido e significado a ele, à cultura, à história de forma democrática e não excludente. É questionar em que medida produzimos ou somos

4 “Ninguém pode representar as crianças sem preocupar-se com consultá-las, inclui-las, escutá-las. Deixar as crianças falar não significa pedir-lhes que resolvam os problemas da cidade, criados, por nós. Significa, ao contrário, aprender a levar em conta suas ideias e propostas” (tradução nossa).

produzidos por estes lugares ou pela lógica que os organizam enquanto espaço. Nós vivenciamos estes lugares ou estes lugares limitam as nossas experiências vividas?

Se pensamos em uma nova possibilidade de relação com o espaço, necessariamente devemos considerar uma nova relação enquanto sociedade. Nos reafirmar enquanto sujeitos que vivem e fazem história, movimento que exige o conhecimento de si, do outro e a não separação dos sujeitos do meio social.

Há, ainda, que se considerar a nossa experiência enquanto criança e a nossa relação com a infância e com o brincar. Se buscamos pensar nas crianças e na sua relação com o espaço, devemos reencontrar o nosso "eu brincante". Brincar carrega simbolismos e bagagens construídas por meio das relações sociais que implicam interesses e valores refletidos em diversas áreas que compõem a sociedade – sejam econômicos, políticos ou educacionais. Faz parte de uma sucessão de acontecimentos históricos, de diversas culturas. Além disso, brincar permite que as crianças exteriorizem as relações que têm com o mundo e como essas situações interferem no seu desenvolvimento. Brincar é permanecer em diálogo com o lúdico. Quando brincamos, nos relacionamos com contexto em que estamos inseridos e com a individualidade de cada um, exteriorizamos estas relações pela forma como nos compreendemos nos espaços. Esses são aspectos que interferem nas construções sociais, considerando as características humanas e sua subjetividade.

O que dizem as crianças e os professoras/es em tempos de pandemia?

Pioradas pelo colapso da saúde pública, acompanhamos essas condições se agravarem drasticamente. De 2020 a 2021, nas constantes tentativas de volta às aulas presenciais até o aumento do número de crianças órfãs, nos perguntamos que sentido é atribuído ao se referir ao isolamento social. Quem estamos isolando e do quê? No histórico brasileiro, sempre pautado por contradições, exigir o isolamento é permanecer imerso nas desigualdades sociais vividas diariamente.

Lembramos que o intuito deste texto não é questionar as medidas de segurança para a não propagação do vírus e para a saúde pública orientadas pela OMS em meio a pandemia, mas, sim, questionar para quem estas medidas foram realmente eficazes. Quem foram aqueles que puderam respeitar o distanciamento social para diminuição dos casos de covid-19 e, se puderam, quem realmente o fez? E quanto aos que não tiveram esta possibilidade, em que medida a vida destas pessoas foi priorizada?

Para finalizar a escrita deste texto, mas sem encerrar as discussões sobre o tema aqui proposto, trazemos o trabalho realizado pelas autoras Isabel de Oliveira e Silva e Iza Rodrigues da Luz e pelo autor Levindo Diniz Carvalho (2021), *Infância e pandemia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Primeiras análises*. A pesquisa propõe um olhar para as relações que estas crianças têm estabelecido com a situação de pandemia em Belo Horizonte/MG. Em um dos tópicos apresentados, ressalta as crianças que não podem ou não estão em isolamento social apresentando algumas falas dessas crianças:

Minha mãe trabalha e eu vou com ela (Menina, 10 anos, parda, escola pública, Lagoa Santa)⁵

Porque minha mãe e meu pai trabalham e eu preciso ficar em outra casa (Menina, 10 anos, branca, escola pública, Lagoa Santa)

Preciso sair com meus pais que trabalham (Menino, 9 anos, amarela, escola pública, Rio Acima)

Porque eu estava ficando triste. Mamãe me leva em lugares que tem pouca gente e aberto (Menina, 8 anos, branca, escola particular, Belo Horizonte)

Acho ruim ficar preso em casa sem ver ninguém (Menina, 10 anos, parda escola pública, Belo Horizonte)

Muita gente na casa pequena (Menina, 8 anos, parda, escola

⁵ Relato retirado do artigo "Infância e pandemia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Primeiras análises" de autoria de Isabel de Oliveira e Silva, Iza Rodrigues da Luz e Levindo Diniz Carvalho.

pública, Belo Horizonte)

Estou brincando com meu primo de 2 anos (dividimos o lote) e vou pra casa da minha bisavó (Menina, 8 anos, parda, escola particular, Belo Horizonte)

Preciso brincar (Menina, 8 anos, branca, escola pública, R. das Neves)

Porque brinco na rua de casa, mas uso máscara (Menino, 11 anos, branca, escola pública, Vespasiano)

Porque não estou preocupado, acho muito joguinho de politicagem (Menina, 8 anos, branca, escola pública, Sarzedo)

Porque está quebrando a economia (Menina, 11 anos, parda, escola particular, Contagem)

(apud SILVA; LUZ; CARVALHO, 2021, p. 44).

As observações ressaltam diferentes relações com o isolamento social, desde condições que não favorecem o cumprimento do isolamento total até a reprodução de falas que reforçam ideias contraditórias em relação a *fake news* e manipulação de informações. Destacam situações em que se apresenta a saída como uma necessidade estabelecida pelo trabalho dos familiares ou responsáveis, ou a necessidade de um terceiro cuidador para que esta criança não fique desacompanhada.

Ressalta questões relacionadas ao estado emocional destas crianças, causadas pelo isolamento. A impossibilidade de isolamento social devido à grande quantidade de pessoas vivendo no mesmo espaço, na mesma casa; uma realidade muito comum nas periferias brasileiras, considerando as condições de moradia e a supervalorização do mercado imobiliário. A valorização do brincar como essencial às crianças, o que ressalta a necessidade e a constante relação destas com o mundo, no qual se criam possibilidades para que o brincar aconteça mesmo nas situações mais adversas.

Além disso, reprodução de falas que são características das relações estabelecidas entre o poder público e a população que minimizam as condições atuais em favorecimento do sistema econômico das grandes indústrias e, pautadas em informações pouco consistentes, desviam o foco dos impactos causados pelo alto número de infectados, a estrutura pública em colapso e elevado número de pessoas mortas. Por fim, as falas aqui reproduzidas não se limitam ao contexto único de Belo Horizonte, mas refletem diversas nuances da realidade brasileira.

As autoras Suzana Marcolino e Maria Walburga dos Santos (2021), em seu artigo "A brincadeira como princípio da prática pedagógica na Educação Infantil: brincar, participar, planejar", analisam o impacto da pandemia do covid-19 sobre o currículo da Educação Infantil em interface com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI), utilizando como instrumento metodológico questionários respondidos por docentes participantes de curso de formação continuada e atualização, tendo como foco os saberes referentes às suas práticas em relação ao brincar e os marcadores da diferença. De acordo com o que está posto pela legislação nacional e também, é fortemente defendido pelas autoras que não há possibilidade de se realizar Educação Infantil à distância, visto que a etapa de ensino está balizada a partir das interações e das brincadeiras, possíveis de acontecer somente através da presença, do contato, das trocas entre crianças e seus pares e crianças e adultos.

No texto escolhido, temos falas das professoras referentes ao período de isolamento das crianças, já discutido anteriormente. Apresenta-se uma nova camada quando, ao questionar as professoras a respeito do acompanhamento das crianças em contexto remoto, parte das falas é:

Não há.⁶

Não percebi.

Nada a declarar. (MARCOLINO; SANTOS, 2021, p. 302).

⁶ Relato presente no artigo "A brincadeira como princípio da prática pedagógica na educação infantil: brincar, participar, planejar" escrito por Suzana Marcolino e Maria Walburga dos Santos.

Podemos perceber, a partir desses trechos, um distanciamento entre as crianças e suas professoras, demonstrando que, mesmo sendo parte de uma turma de alunos, ainda assim há lacunas e possíveis isolamentos, ainda que velados, dentro desses grupos. Seleccionamos também algumas falas referente aos espaços e questões econômicas:

Mães que trabalham e não realizam a atividade por falta de tempo e falta de espaço em casa para realizar atividades de movimento.⁷

Cada criança vive com a sua família, alguns pais são separados, e há casas com situações difíceis.

Só reclamam por morar em apartamento e ter pouco espaço.

Várias famílias perderam seus lares por não conseguirem pagar aluguel, e foi necessário trabalhar essa questão já envolvendo famílias e suas diversas formações.

As diferenças entre as condições econômicas e de classe social ficaram mais evidentes durante a pandemia, o que dificulta até mesmo o acesso às propostas através das mídias.

Famílias sem acesso à internet. (MARCOLINO; SANTOS, 2021, p. 304).

As falas destacadas evidenciam que, durante o período do isolamento, situações diversas impactam o cotidiano vivido tanto pelas professoras quanto pelas famílias e pelas crianças. O primeiro excerto lança luz sobre o problema daqueles que não tiveram seu direito ao isolamento garantido, pois, para manter a sobrevivência, continuaram trabalhando. Nesse sentido, não era possível realizar as dinâmicas propostas pelas educadoras, seja pela falta de tempo, seja pela questão do espaço. A questão econômica permeia outras falas seguintes, referentes à falta de acesso à internet e a insegurança quanto à moradia para o mês seguinte. Pensando também em moradia, é presente nas falas questões referentes à falta de espaço para realizar as atividades propostas. Mas afinal, o que entendemos como espaço?

Utilizando o conceito de emparedamento de Léa Tiriba (2005), criamos espaços específicos para a atuação das crianças no meio social, distanciando-as dos demais contextos que fazem parte da sociedade. É uma forma de limitar e estabelecer um controle, que vai ao encontro de uma sociedade favorável ao sistema capitalista. Esta relação nos coloca em face a um emparedamento que não é apenas relacionado ao espaço físico, mas um emparedamento que limita a existência nos diferentes espaços. Limita os corpos, o lúdico, as brincadeiras, as interferências nos espaços e aprisiona.

A estratégia de emparedamento das crianças está relacionada ao objetivo de produção de corpos dóceis de que o capitalismo necessita. De fato, o processo de estatização da sociedade, que possibilitou as condições de plena instalação do projeto capitalístico, está indissoluvelmente ligado ao caráter disciplinar desta sociedade. Assim, o que podemos concluir é que os desequilíbrios ambientais - gerados pelo sistema capitalista urbano industrial patriarcal e evidenciados num plano macropolítico, molar - correspondem, no plano micropolítico, molecular, ao sofrimento produzido pela lógica do aprisionamento (TIRIBA, 2005, p. 210).

É este o isolamento do qual falamos neste texto, o isolamento que empareda as crianças por sua idade, moradia, cor da pele, etnia, classe social, etc. Uma manutenção política do capital que condiciona e diminui a existência humana a condições pré-definidas e que se isenta em momentos de crise política como a que vivemos nos primeiros dois anos da pandemia covid-19. Capaz de considerar a possibilidade de um ensino não presencial e desconsiderar que 40% dos estudantes

⁷ Relato presente no artigo "A brincadeira como princípio da prática pedagógica na educação infantil: brincar, participar, planejar" escrito por Suzana Marcolino e Maria Walburga dos Santos.

da rede pública nas cidades brasileiras não possuem computador em casa ou acesso à internet (SANTOS; CARDOSO, 2021). A pandemia não pode encobrir a fragilidade das políticas públicas brasileiras.

Vale mais uma reflexão: as escolas foram fechadas durante certo período, quer dizer, o prédio foi fechado, mas o conhecimento não, esse continuou a circular. E os tempos pandêmicos têm nos forçado a olhar a produção de conhecimento a partir de outras miradas, admitindo os marcadores sociais da diferença como base e o fato de que não existe uma história única.

Considerações

Ao iniciarmos o texto sobre as crianças em tempos de pandemia, criamos uma narrativa que passou pela contextualização do período pandêmico no Brasil nos anos de 2020 e 2021 para, assim, iniciarmos a discussão a respeito do (não) isolamento do qual as crianças fazem parte. Este isolamento nos levou a discutir quais são os espaços nos quais as crianças estão inseridas e como o brincar permeia esse contexto, tendo como alicerce as crianças como sujeitos históricos e direitos. Contribuindo com esse posicionamento, citamos também os artigos de Silva, Luz e Carvalho (2021) e Marcolino e Santos (2021) que abordam falas de crianças e professoras de educação infantil referentes às vivências desse período, para assim pensarmos juntos sobre quais espaços e quais isolamentos estamos refletindo.

Sobre os espaços, é necessário que voltemos nossas energias para o processo de desemparedamento, como propõe Lea Tiriba (2018), numa perspectiva mais ampliada do conceito. Derrubar as paredes que aprisionam crianças e as limitam à condição de sub-humanas é um dever daqueles que se comprometem com a luta pelos direitos das crianças, de modo a garantir a elas as condições físicas e materiais de ocupar os diferentes espaços que permeiam nossa sociedade. Em espaços urbanos ou nos campos, nos quilombos e territórios dos povos originários, museus e galerias de arte, a elas tudo pertence. Entender e resistir frente a processos que engendram e favorecem necropolítica e necroinfância também faz parte desse movimento de desemparedar.

Compreender e superar estas questões exige a luta das forças populares na reivindicação de condições favoráveis para os serviços públicos e para ações democráticas que considerem condições não excludentes e de acesso. É um processo contínuo e coletivo, interseccional, antirracista. A pandemia – que hoje ainda existe – evidencia a violência imposta pelo Estado às minorias; logo, cabe às instituições questionar a relação entre estas minorias, as crianças e a forma como nos relacionamos com os espaços a fim de criar condições para elas se apropriem e diminuam as condições de isolamento. Levando em conta o fim de um triste período de atentados à democracia, à saúde, à educação e aos direitos humanos, hoje podemos voltar a esperar e acreditar que é possível ocupar cada um dos espaços que nos pertence, com entusiasmo e alegria.

Referências

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 maio 2022.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n. 2, pp. 103-116, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59630>. Acesso em: 21 jun. 2022.

COUTINHO, Angela Scalabrin; CÔCO, Valdete. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, pp. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GOBBI, Marcia Aparecida; LEITE, Maria Cristina Stello; PITO, Juliana Diamante. Sociologia Urbana e os Bebês: conversas (im)pertinentes, ou a silenciosa insurgência das crianças pequenas, *In*: TEBET,

Gabriela (org.) **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Paulo: Pedro & João, 2019. pp. 493-517.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. **Anais do seminário nacional: Currículo em movimento - Perspectivas Atuais**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em: 22 jun. 2022.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. O jogo e a educação infantil. **Perspectiva**, v. 12, n. 22, pp. 105-128, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644269/11695>. Acesso em: 01 jul. 2022.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, pp. 1-9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v15.16212.067>. Acesso em: 29 jun. 2022.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial e o novo coronavírus no Brasil. **Trabalho e Justiça Social**, v. 5, n. 07, jun. 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16315.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2023.

MARCOLINO, Suzana; SANTOS, Maria Walburga dos. A brincadeira como princípio da prática pedagógica na educação infantil: brincar, participar, planejar. **Debates em Educação**, Maceió. Vol. 13, n. 33, set./dez. p. 287-311. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12684>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MOREIRA, Tabita Aija; *et al.* **Covid-19, infância e adolescência: O mundo novo é um jardim ou uma cela?** Brasil: Ed. Terra sem amos, 2020.

NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? **Lunetas**, 2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina; 2020.

SANTOS, Maria Walburga dos; CARDOSO, Marilete Calegari. Educação e infância: Pandemia, tecnologias e o distanciamento das crianças. **Revista Cocar**, edição especial, nº 09, p. 1-18, 2021.

SERRÃO, Célia Regina Batista; OLIVEIRA, Renata Cristina Dias. As vozes que ecoam na pandemia: a escuta como desafio para garantia dos direitos de bebês e crianças pequenas. In: GOBBI, Marcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante (Org.). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro**. São Paulo: FEUSP, 2021.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; CARVALHO, Levindo Diniz. **Infância e pandemia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Primeiras análises**. Belo Horizonte: UFMG/FAE/NEPEI, 2021.

TIRIBA, Léa; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. A Educação Infantil no contexto da Base Nacional Comum Curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais brasileiras. **Debates em Educação**, Maceió, v. 8, n. 16, p. 157-183, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2422/2140>. Acesso: 26 maio 2022.

TIRIBA, Léa. **Crianças, natureza e educação infantil**. 2005. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7704/7704_1.PDF. Acesso em: 26 maio 2022.

TIRIBA, Léa. **Educação Infantil como direito e alegria**. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños: un modo nuevo de pensar la ciudad**. Buenos Aires: Editorial Losada S. A., 2015.

ZIMMERMANN, Silvia A.; PAULA, Nilson Maciel de. O Brasil dos famintos em pleno século XXI: evidências de uma tragédia contínua. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 11, n. 21, 2022.

Recebido em 06 de dezembro de 2022.

Aceito em 16 de janeiro de 2023.